

**FRAGMENTOS DE MEMÓRIAS: MULHERES  
TRABALHADORAS NA ÁREA DE IMIGRAÇÃO ALEMÃ  
(VALE DOS SINOS, RIO GRANDE DO SUL, FINAL DO  
SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX)**

**FRAGMENTS OF MEMORIES: WOMEN WORKERS IN  
THE GERMAN IMMIGRATION AREA (VALE DOS SINOS,  
RIO GRANDE DO SUL, LATE 19TH CENTURY AND  
EARLY 20TH CENTURY)**

Marlise Regina MEYRER\*

Daniel Luciano GEVEHR\*\*

**Resumo:** Estuda-se as mulheres trabalhadoras do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, tendo como ponto de partida um acervo de entrevistas, produzido na década de 1990 e através do qual se procura analisar as narrativas das mulheres, que tem como elemento comum, a descendência germânica e o ofício nas fábricas da região de imigração alemã. As narrativas das mulheres, que falam de suas próprias experiências, das mudanças de comportamento e da compreensão das suas identidades de gênero, aparecem como elementos de maior importância, na medida em que as memórias destas mulheres permitem avaliar os motivos, aspirações, frustrações e também suas próprias experiências pessoais, no que se refere ao trabalho fora de casa. Metodologicamente a pesquisa fundamenta-se na história oral entendida na perspectiva de Meihy (2006) em que ela não é só uma metodologia, não apenas como fonte ou forma de acesso ao conteúdo, mas recurso de conhecimento que envolve a comunicação entre entrevistador e entrevistado, a oralidade e a escrita do pesquisador numa perspectiva que envolve o presente e o passado, enquanto memória.

**Palavras-chave:** Mulheres trabalhadoras; Vale dos Sinos (RS); Industrialização.

**Abstract:** We study the women workers of Vale dos Sinos, in Rio Grande do Sul, having as a starting point a collection of interviews, produced in the decade of 1990 and through which we try to analyze the women's narratives, which have as a common element, the Germanic descent and the job in the factories of the German immigration region. The women's narratives, which talk about their own experiences, the changes in their behavior, and the understanding of their gender identities, appear as elements of greater importance, insofar as these women's memories allow us to evaluate their motives, aspirations, frustrations, and also their own personal experiences, as far as working outside the home is concerned. Methodologically, the research is based on oral history understood in the perspective of Meihy (2006) in which it is not only a methodology, not only as a source or form of access to content, but a knowledge resource that involves communication between interviewer and interviewee, the orality and writing of the researcher in a perspective that involves the present and the past, as memory.

**Keywords:** Working women; Vale dos Sinos (RS); Industrialization.

---

\* Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS, Brasil. E-mail: marlise.meyrer@puccrs.br.

\*\* Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – São Leopoldo, RS – Brasil. E-mail: danielgevehr@hotmail.com.

## Introdução

O estudo trata das memórias sobre a agência feminina<sup>1</sup> nos diferentes espaços da sociedade teuto-brasileira<sup>2</sup> na região de imigração alemã do Vale dos Sinos (localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul) entre o final do século XIX às primeiras décadas do século XX. Essa escrita tem dois pontos de partida. O primeiro é um acervo de entrevistas coletadas no início dos anos 1990, na região do Vale dos Sinos, sobre as atividades econômicas desenvolvidas pelas mulheres na região. O segundo trata da vivência d@s autor@s nesta região, que possibilitaram uma troca de conhecimentos vivenciados, seja através das histórias que nos foram contadas, quanto pela observação empírica e a relação dessa com o processo de formação acadêmica no campo da história.

As narrativas que servem de fonte para pensarmos as relações de gênero, foram coletadas antes mesmo desse conceito ser amplamente conhecido e difundido na academia. É somente em 1990, que foi traduzido no Brasil o texto seminal de Joan Scott “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, a partir do qual muitas historiadoras brasileiras se basearam para desenvolvimento posterior de suas pesquisas (PEDRO, 2005, p.88). A história das mulheres, estava começando a entrar na academia decorrente, em parte, do aumento dos cursos de pós-graduação no país.

O avanço da história social das mulheres e estudos de gênero, sobretudo partir da década de 1980, consolidou-se como um novo campo de estudos (OLIVEIRA, 2018, p.115). Além disso, esses estudos tornaram-se fundamentais para pensar também o campo da política, sendo impossível hoje

discutir a teoria política ignorando ou relegando às margens a teoria feminista, que, nesse sentido, é um pensamento que parte das questões de gênero, mais vai além delas, reorientando todos os nossos valores e critérios de análise (MIGUEL, 2014, p.17).

Assim, ao retomar esses relatos o desenvolvimento tanto da História das mulheres, como dos estudos de gênero, estão presentes na nossa percepção e problematização do tema, enquanto sujeitos historiador@s, cuja relação com as fontes sempre é entrecruzada com o contexto histórico, sua própria experiência e as discussões teóricas do seu tempo, pois conforme Scott (1999, p.16) “Experiência é uma história do sujeito. A linguagem é o local onde a história é encenada. A explicação histórica não pode, portanto, separar as duas”. Nesse sentido a autora discute o significado de determinadas categorias para estudar o passado pelos historiadores, chamando atenção

de que não há uma relação essencialista entre as palavras e as coisas, categorias como classe, raça, gênero, entre outras, são sempre contextuais. (SCOTT, 1999, p.19).

A fim de estruturar metodologicamente a pesquisa, recorreremos a depoimentos orais<sup>3</sup> de descendentes de imigrantes morador@s das zonas de imigração alemã do Vale do rio dos Sinos, que tratassem do universo feminino e do cotidiano destas mulheres, que poderiam nos informar acerca da atuação deste grupo na sociedade teuto sul-riograndense no seu processo de desenvolvimento. Nos detivemos aos relatos das “mulheres comuns”, aquelas cujas vivências não entraram no rol da excepcionalidade e por isso não tiveram lugar na narrativa histórica.

Não queremos aqui compactuar com a ideia generalizada de que a história oral sirva especificamente para contar a história dos menos favorecidos, atribuindo a este grupo uma teórica incapacidade de produzir sua própria história. Entretanto, esta metodologia de fato significou uma maior possibilidade de escrever a história dos excluídos, na medida em que as fontes escritas sobre estes grupos, especialmente em períodos mais distantes no tempo, são escassas. No caso das mulheres, Perrot (1992) utiliza a expressão “revanche das mulheres” ao se referir aos usos da história oral, afirmando que ela se tornou a fonte mais utilizada para este tipo de estudo, devido a quase ausência de material sobre o tema.

Recorremos ao que Meihy (2006) define como “história oral de vida”, compreendendo as narrativas de experiências individuais que permitem mostrar vivências e visões de mundo. O relato das lembranças de um indivíduo, a partir de um ato de comunicação do entrevistado com um interlocutor, constitui-se em um processo de organização significativa de suas memórias, na medida em que o narrador ressignifica o vivido, lhe atribuindo sentido e inteligibilidade. Esse entendimento privilegia a ideia de trajetória de vida que, na concepção de Bourdieu (2000), se refere a uma série de posições ocupadas pelo indivíduo ao longo de sua existência. Nessa perspectiva, “[...] Não há a busca por uma verdade absoluta, por um itinerário coeso, mas sim o registro de uma versão particular de sentimentos e acontecimentos históricos narrados por uma determinada pessoa” (SILVA; BARROS, 2010, p. 70).

Ao realizar este trabalho, pensamos, como Meihy (2006), para quem a História Oral não é só uma metodologia, mas um recurso de conhecimento e de transformação, não apenas como fonte ou acesso ao conteúdo. Segundo este autor, a História Oral tem como objetivo compreender para explicar e explicar para transformar – “compreender é transformar” (p.195). Dessa forma, defende o “compromisso com o social como princípio, meio e fim da História Oral” (p.195).

Na mesma linha, compartilhamos do entendimento de Dadalto e Pavesi (2020, p.144), que defendem a ideia de que se trata de uma pesquisa, cujo percurso envolve o narrador e o entrevistador, numa perspectiva relacional e dialógica e que contempla uma perspectiva que envolve o “hoje/presente ao qual nos referimos e o passando – a memória – do qual estamos falando; a esfera privada e a pública, a autobiografia e a história; e, por fim, a relação entre a oralidade da fonte e a escrita do pesquisador”.

Cientes dos questionamentos que envolvem a história oral, especialmente no que diz respeito a sua carga de subjetividade, analisamos os relatos a luz de referências bibliográficas sobre o contexto em questão, pois concordamos com Janoti (2010) quando ela aponta para a necessidade de se recorrer a fontes múltiplas, lembrando que o testemunho do depoente não é apenas um relato do que viu e ouviu, mas uma construção de um determinado discurso sobre o fato. Além disso, a autora chama a atenção para a necessidade metodológica de se levar em consideração os objetivos do entrevistador, nesse caso o historiador, que domina todo um aparato teórico que orienta a entrevista e irá influenciar na construção do discurso.

Desataca-se, nessa perspectiva, o fato de que a história oral liga-se diretamente a questão da memória<sup>4</sup>. Nos interessa, aqui, a elaboração da memória coletiva do grupo, que fundamenta sua identidade. Nesse sentido, o conjunto de depoimentos e seu significado são entendidos na medida em que se referem a mesma realidade, ou seja, uma realidade comungada por todo o grupo social, adquirindo dessa forma um significado coletivo. Entendemos que a articulação entre as narrativas individuais nos possibilita vislumbrar a perspectiva histórica do grupo, ou seja, um mesmo olhar do presente sobre o passado, revelando reflexões sobre si e a história do grupo, enfatizando o caráter reflexivo dos processos de memória, que nos remete a ideia de identidade.

As histórias de vida assim, acabam por criar uma identidade entre as pessoas, na medida em que, partilham diferentes estratégias e saberes diante de uma mesma realidade. Nesse sentido nos apoiamos no conceito de memória coletiva de Halbwachs (2004), que se refere ao caráter social da memória partilhada entre os indivíduos do grupo. A partir desses pressupostos teórico-metodológicos, buscamos caracterizar as realidades do cotidiano do trabalho, do grupo formado pelas mulheres na zona de imigração alemã no início do século XX.

Tendo a história oral como metodologia, parte-se do princípio de que as experiências pessoais e as trajetórias de vida das mulheres entrevistadas e que constituem o corpus documental da pesquisa, devem ser interpretados como um importante registro das práticas culturais do cotidiano, permitindo melhor compreender

frações das relações sociais no lugar, revelando parte da “realidade social construída, possibilitando compreender a constituição do cotidiano e as significações relacionadas ao exercício da conformação do local” (DADALTO; PAVESI, 2020, p.147).

Cabe mencionar que a pesquisa se vale, ainda, da metodologia da micro-história, que de acordo com Vendrame e Karsburg (2020, p.14) se preocupa com “aspectos da espacialidade, da relação das pessoas com os lugares e os processos de constituição deles, das discontinuidades do espaço e do tempo, da interdependência entre os fenômenos sociais, econômicos e culturais”. A metodologia da micro-história não está associada ao tamanho do objeto de análise, mas sim as perguntas e questionamentos que se fazem em relação a esse objeto, contribuindo para a revisão de elementos presentes na historiografia e muitas vezes legitimado pelas generalizações simplificadoras.

O método aplicado nesse estudo permite, assim, identificar e analisar “aspectos que não seriam visíveis em outro nível que não o micro” (VENDRAME e KARSBURG, 2020, p.14). A singularidade do percurso histórico das mulheres na esfera produtiva na região de imigração alemã no Rio Grande do Sul, permite melhor conhecer as diferentes realidades do mundo do trabalho, que apresenta características próprias, considerando-se os diferentes espaços e tempos, que constituem as narrativas sobre os ofícios das mulheres na história do Brasil.

### *O cenário das mulheres trabalhadoras*

Em 1824, com a fundação da Colônia Alemã de São Leopoldo, chegam os primeiros imigrantes que receberam lotes de terras e algumas ferramentas, sementes e dois anos de subsídios. As primeiras atividades eram destinadas somente à satisfação das necessidades essenciais: alimentar, alojar, vestir, pois “[...] cada família fiava e tecia o linho e o algodão, fabricava a farinha de arroz e de mandioca, o óleo de sementes de abóbora, o açúcar mascavo, preparava seu fumo [...]” (ROCHE, 1926, p.480).

O historiador Jean Roche (1969), pioneiro nos estudos acadêmicos sobre a imigração alemã no sul do Brasil traça uma linha evolutiva do desenvolvimento da região de imigração, afirmando que superadas as dificuldades iniciais, paralelamente ao trato da terra, surge o artesanato dos núcleos coloniais favorecido, muitas vezes, pela habilidade técnica que o imigrante traz de sua terra de origem. Enfatiza que o artesão, inicialmente, produzia para o consumo local e para o mercado auxiliado pela mão de obra familiar. Seguindo essa linha, na segunda geração teriam se tornado numerosos profissionais como tamanqueiros, alfaiates e sapateiros.

Também supérfluos, como fábricas de fumo, charutos e cigarros começaram a aparecer. Com o aumento das casas de comércio (venda) os progressos dos meios de transportes e da indústria, colocando a disposição dos consumidores, a melhor preço, a maior parte dos produtos, o artesanato teria decaído, desaparecendo gradualmente, com exceção do artesanato do couro, que sobreviveu nas colônias e coexistiu com a indústria no Vale dos Sinos. Ainda que a não seja objetivo desta pesquisa, aprofundar o processo histórico do desenvolvimento econômico da região, cabe ressaltar que não há um consenso sobre essa evolução do artesanato para indústria de forma linear, uma vez que ambas as etapas acabaram coexistindo em diferentes espaços da região da Vale dos Sinos.

Para melhor compreender esse processo histórico, deve-se considerar, que no caso particular de Novo Hamburgo, foi de fundamental importância a construção da estrada de ferro, ligando a cidade a Porto Alegre, em 1876. Novo Hamburgo era por alguns anos, a estação final da estrada de ferro, atraindo para si todo comércio colonial, obtendo grande prosperidade no período. Em 1903, com a extensão da estrada de ferro até Taquara, Novo Hamburgo perde esse posto.<sup>5</sup>

A historiografia sobre imigração alemã, seguindo os estudos de Roche (1969) enfatiza a importância e poder dos comerciantes na colônia alemã. Era ele que controlava a compra e venda dos produtos da região e a venda dos artigos não coloniais de forma exclusiva o que, seguindo a lógica marxista de análise de parte dos autores, lhe possibilitou um acúmulo de capital considerado fundamental para o desenvolvimento industrial.

Para Sandra Pesavento (1985), paralelo ao processo de industrialização, o esgotamento do solo e a perda de produtividade das terras dos colonos, já muitas vezes subdivididas por heranças das famílias numerosas, faziam o colono abandonar suas terras e buscar emprego nas nascentes indústrias dos núcleos coloniais ou nos centros urbanos.

Para os empresários, esta mão de obra era extremamente vantajosa, porque portadora de uma qualificação artesanal, apropriada, portanto ao estágio fabril-manufatureiro das empresas, no qual se combina o uso incipiente de máquinas com o trabalho manual do artesão (PESAVENTO, 1985, p.34).

Segundo a mesma autora “[...] o próprio processo de imigração-colonização continuou dando entrada e elementos estrangeiros que eram operários em sua terra de origem e que não necessariamente se dirigiam para lavoura colonial” (PESAVENTO, 1985, p.34). Pudemos observar este fato no depoimento de uma imigrante que chegou

em 1924 com sua família. Todos os membros masculinos da família eram mecânicos de profissão na Alemanha. A tecnologia (maquinário) para essa incipiente indústria foi, em parte, importada da Europa, mas também houve adaptações e fabricação local.

Em Novo Hamburgo, núcleo imigrante que mais progrediu, ainda em fins do século XIX, foi a industrialização do couro que protagonizou o crescimento, estando o desenvolvimento econômico da cidade vinculado a essa indústria. Nos primórdios dessa indústria na região, o couro era curtido de forma rudimentar dentro de barris de madeira. Eram fabricados arreios, bainhas de faca, serigotes, lambris e selas. Dos retalhos que sobravam faziam-se chinelos, numa produção caseira (os chinelos eram mais propícios para o trabalho do colono). Logo em seguida, iniciou-se a fabricação de botas, que foi o primeiro produto de grande aceitação na região.

No início de século XX a forma artesanal de produção é substituída pela indústria propriamente dita, com uso de máquinas. O crescente desenvolvimento das pequenas fábricas favoreceu o surgimento cada vez mais intenso de unidades fabris, fazendo com que Novo Hamburgo se transformasse num polo urbano regional, atraindo colonos da zona rural, que vinham em busca de melhores condições de vida.

Tendo esse cenário como pano de fundo, nos propomos a estudar a participação feminina no processo de desenvolvimento econômico, a partir da colonização alemã no Rio Grande do Sul e especialmente na região do Vale dos Sinos, até meados da década de 1930. O período que se estrutura a partir do Estado Novo constituindo-se em uma conjuntura específica, é o limite de abrangência do trabalho.

#### *A casa, a roça e a fábrica: a mulher na tripla jornada de trabalho*

Iniciamos a discussão sobre os papéis desempenhados pelas mulheres, na trajetória de desenvolvimento da Antiga Colônia Alemã de São Leopoldo, com aquilo que Pedro (2004) afirma sobre as mulheres do sul do Brasil, quando se refere a história das mulheres do século XIX. Para a autora, que se debruça sobre as publicações dos jornais sulistas do final do século XIX e do início do século XX, esses veículos de informação não devem ser responsabilizados por criaram – sozinhos – os modelos ideais de mulher como boas mães, virtuosas esposas e dedicadas filhas. Ao contrário, esses modelos, em sua visão, já faziam parte do imaginário ocidental, podendo ser encontrados na literatura, no sermão das missas, nos textos escolares, bem como nas tradições locais (PEDRO, 2004, p.281).

Dessa forma, percebemos claramente a imagem construída e difundida sobre as mulheres da área de imigração alemã no Rio Grande do Sul, que colocava as mulheres em um lugar secundário, sem grande expressividade no mundo do trabalho. Na maioria das interpretações realizadas pelos estudiosos da imigração alemã, as mulheres eram protagonistas do espaço doméstico, ficando sua atuação, reservada ao espaço privado da casa, da família e dos afazeres considerados como “próprio de mulheres”.

No caso específico do Rio Grande do Sul, observa-se a prevalência de narrativas historiográficas – em especial até a década de 1980 – que colocaram os feitos masculinos em posição de destaque, reafirmando uma história marcada apenas pelos *vultos* do gênero masculino. É somente a partir da década de 1990, com a difusão dos programas de pós-graduação em história que essas narrativas sofreram significativas mudanças, na medida em que novas pesquisas no campo da história surgiram e colocaram as mulheres como objeto de suas produções.

Já, em relação aos estudos da imigração, no Rio Grande do Sul predominou até pouco tempo a imagem do “homem imigrante” responsável pela “epopeia” da imigração. Esse também é o caso dos estudos sobre imigração alemã, realizados até a década de 1980 e que reafirmaram a visão “civilizadora” do imigrante no sul do Brasil. Ainda são escassos os trabalhos que problematizam o papel desempenhado pelas mulheres imigrantes e descendentes de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, fazendo com que ainda prevaleça a imagem de que a mulher pouco, ou quase nada, contribuiu para o desenvolvimento da economia das áreas de imigração.

Exemplo recente destas pesquisas, que procuram dar visibilidade ao papel da mulher em contextos marcados pela imigração alemã no extremo sul do Brasil é o trabalho publicado, recentemente, por Lorena Almeida Gill (2019), que problematiza um processo judicial de 1945, na cidade de Pelotas, extremo sul do estado, e que percorre, à luz da micro-história e da história das mulheres e de gênero, o percurso de Olga Tochttenhagen, então com vinte anos de idade, que lutou pelo reconhecimento de seus direitos trabalhistas na justiça, em razão de sua demissão de uma alfaiataria por ter faltado ao trabalho. A trajetória de Olga ilustra, de forma exemplar, as dificuldades das mulheres imigrantes e de suas descendentes, pelo seu reconhecimento fora do espaço da vida privada.

A pesquisa traz importantes elementos que permitem pensar o papel da imigração alemã na cidade, bem como traz o contexto de luta contra a pandemia de tuberculose e o movimento de luta das mulheres, em busca de postos de trabalho nos

empreendimentos indústrias na primeira metade do século XX e as dificuldades encontradas, em razão de serem mulheres.

Experiências de pesquisa, como essa que traz o caso da jovem descendente de imigrantes alemães, em sua busca de reconhecimento no mundo do trabalho, mostram como as mulheres nem sempre se silenciaram e se adequaram as condições impostas pelo universo masculino, que tradicionalmente impunha sérias e diversas limitações à visibilidade do trabalho das mulheres, em especial nos contextos associados ao desenvolvimento industrial, cujo percurso histórico é, na maioria das vezes, caracterizado pelo protagonismo masculino.

Já quando pensamos nas imagens produzidas sobre as mulheres trabalhadoras, no contexto da imigração alemã no Rio Grande do Sul, devemos considerar especialmente os elementos simbólicos, que muitas vezes invisibilizam seu trabalho, desconsiderando a atividade doméstica como uma forma de trabalho, inclusive desqualificando os afazeres domésticos como uma função secundária, mas cuja função recai, inevitavelmente sobre a mulher, como se essa fosse sua função biológica.

Nesse contexto, a mulher de origem germânica aparece como exemplo da manipulação da imagem, através da qual se busca inserir a mulher imigrante do século XIX exclusivamente no espaço privado da casa, onde cabe a ela zelar pelo lar e cuidar da família. Nesse universo a mulher não aparece desempenhando atividades fora do espaço doméstico, elemento que irá sofrer profundas transformações na região colonial, especialmente nas primeiras décadas do século XX, com a ascensão do setor coureiro-calçadista, que se tornará na principal atividade econômica da região.

Cabe, ainda destacar que não se pretende reproduzir o discurso ufanista, que faz da história da imigração alemã no sul do Brasil, uma linha ascendente de sucesso, não poucas vezes atribuído a capacidade de trabalho do elemento germânico. É inegável o rápido desenvolvimento econômico da região a partir da colonização, para o qual incorreram todo um conjunto de fatores favoráveis, que não nos cabe aqui analisar, mas sim ponderar um certo exagero na ênfase do discurso étnico, presente nas explicações para o desenvolvimento econômico. Interessa-nos aqui, identificar o papel feminino neste contexto, assinalando sua participação nas mais diferentes atividades produtivas.

Há um consenso entre os estudiosos mais recentes da imigração alemã, que a mulher nesta região ocupava, especialmente nos primeiros tempos, uma posição de destaque, mesmo que oficialmente o papel principal coubesse aos homens. Janaína Amado (1987, p.41) diz a esse respeito que “a opinião delas era levada em conta na compra de um lote de terra, de uma vaca, ou mesmo de algumas sementes” A autora

atribui esta relativa importância a sua contribuição econômica, necessária neste período de instalação. Ela cita um trecho da carta do argentino Gutierrez em visita a São Leopoldo em 1844 e a comenta:

[...] as mulheres lavram a terra juntamente com seus maridos e pais e governam um arado tão bem quanto elas montam a cavalo como homens [...]. Além dos serviços domésticos, elas também plantavam, colhiam, cuidavam dos animais, costuravam, fabricavam pão, manteiga, cerveja, charutos, tecidos. E tinham filhos! [...] da capacidade de trabalho e organização feminina dependia grande parte do progresso econômico da família (AMADO, 1987, p.41).

Embora Jean Roche (1969) diga que esta abrangência do trabalho feminino foi mais importante na primeira geração de imigrantes, os relatos orais apontam para a permanência desta situação no século XX, como podemos extrair do testemunho da Sra. Luiza, moradora de Rolante, município localizado no Vale dos Sinos, na década de 1920: “na colônia eu trabalhava de tudo, cortava lenha, limpava o mato, e depois pegava o cavalo botava no arado lavrava e se o cavalo não andava direito, pegava os boi [...]. Na roça as mulhé trabalhava igual os home [...]. Em casa os home não ajudava nada [...]”.<sup>6</sup>

A “roça” era considerada um espaço doméstico e, portanto, parte da área de atuação feminina tradicionalmente aceita. Assim, a maioria das entrevistadas, incluem, ao relacionar as suas tarefas ou as de sua mãe, a roça como continuidade do trabalho doméstico, como podemos observar nos depoimentos a seguir: “A mãe trabalhava na roça, o pai vendia verdura, ele era verdureiro [...] sim o pai também ajudava na roça [...] nós também ajudava [...]”.<sup>7</sup> “Eu cuidava dos meus irmão pequeno porque a mãe tinha que trabalha na roça.”<sup>8</sup>

A roça, por sua vez, estabelecia uma relação direta com o espaço urbano, que se desenvolvia com os primeiros estabelecimentos industriais do setor coureiro-calçadista, na medida em que a produção da roça era responsável pelo abastecimento de alimentos da cidade. Matos e Borelli (2012) descrevem essa dinâmica, que ligava o rural e o urbano, mostrando que a atividade da roça era desenvolvida, na maioria das vezes, pelos imigrantes e seus descendentes – como é o caso da área de imigração alemã – que produziam e vendiam seus produtos na cidade. Assim, a cidade era abastecida cotidianamente de produtos como o leite, que era entregue, na maioria das vezes, pelas mulheres, que guiavam suas carroças e charretes. Também fazia parte desse comércio, um vasto cardápio produzido artesanalmente pelas mulheres da roca, como compotas de frutas, de geleias, de pães e a tradicional cuca [elemento da gastronomia teuto-brasileira,

que consiste em uma espécie de massa de pão, recheada com frutas e coberta com uma mistura de açúcar e banha de porco, assada em forno à lenha].

Na medida em que as cidades se desenvolveram com a indústria, observou-se também a diversificação das atividades econômicas da região, o que levou as mulheres a ocuparem outros espaços, sendo um deles, a fábrica, que seguiu a lógica da expansão industrial do Brasil como um todo, que ao incorporar mulheres e crianças no setor industrial leva a contradições ao nível do capital que,

[...] de um lado necessitava dessas mulheres para a reprodução de força de trabalho e dessas crianças como força de trabalho futura – quanto para família operária – que para reproduzir-se precisava engajar todos os seus membros no âmbito do trabalho assalariado, mas ao mesmo tempo, e pelas mesmas razões, necessitava do trabalho doméstico das mulheres (PENA, 1981, p.193).

Entretanto, mesmo fazendo parte da realidade da maioria delas, a fábrica situava-se fora do espaço doméstico, sendo que este tipo de trabalho era considerado como “extra”, passível de ser dispensado quando a situação momentânea de “aperto” passasse.

Esta concepção encontra respaldo no ideário positivista difundido no Brasil no início do século, que defendia que a mulher deveria ficar isenta de todo trabalho exterior ao lar. A ela caberia o papel de mãe, guardiã da família, bondosa e pacífica, encarregada de preservar a ordem moral da sociedade e manter o equilíbrio social. Defensor da ordem burguesa da sociedade, o positivismo comtiano difundiu estes valores para toda a sociedade, inclusive no meio operário, porém para a grande maioria este ideal estava bastante distante da prática.

Entre o discurso e a prática, estavam as dificuldades econômicas da maioria das famílias, que tinham necessidade do trabalho feminino fora do lar. No entanto, este seu trabalho ficava a margem do mundo masculino da produção, sendo que às mulheres eram destinadas as funções menos qualificadas e pouco remuneradas, como podemos extrair dos depoimentos abaixo, referentes a atividade coureiro-calçadista em Novo Hamburgo.

Tinha aquela sessão enorme das mulheres, né [...] tinha o contramestre e depois nas outras repartições eram os homens né [...]. Costura, prepara, não é, era isto o serviço [...] perfura o calçado, limpá. [...] Ganhavam menos [...] aquilo ajudava [...] eu era quase criança, uns treze, quatorze anos.<sup>9</sup>

Eu trabalhava quando eu era solteira [...] depois de casada eu não trabalhava sempre, só quando era preciso né [...]. Eu botava sola, colava, passava cola [...]. Montar e cortar era serviço do home. As

mulher não podiam fazer esse serviço [...]. Sim, os home sempre ganhava mais [...].<sup>10</sup>

Em outro depoimento, podemos observar que a visão masculina da realidade em questão, não diferia daquela das mulheres, conforme podemos extrair da fala do Sr. Germano:

Quando eu vim para Novo Hamburgo, né, em 1913, e depois adiante, né, as mulheres trabalhavam em casa, as moças trabalhavam na fábrica, não é, assim foi [...]. O Adams já tinha bastante moças lá trabalhando, mulheres casadas também, quem podia né, trabalhava lá [...]. As vez o marido, o homem trabalhava no Adams, né, e levava serviço para casa, então a mulher ajudava a costurar, cortar, estas coisas.<sup>11</sup>

Este último depoimento ilustra uma prática muito comum, consolidada na região com o desenvolvimento da indústria calçadista: a de levar o serviço da fábrica para casa, onde a mulher pudesse realizá-lo sem sair de seu espaço doméstico e sem que precisasse abandonar as tarefas da casa e o cuidado dos filhos. Elas faziam de tudo. Aceitavam qualquer trabalho que lhes permitisse obter algum rendimento, considerado por elas próprias como “extras”, caracterizando o seu “trabalho de resto”, como podemos observar no depoimento a seguir:

A minha vida foi assim: desde o começo sempre trabalhei bastante [...] com dezesseis anos aprendi a fazer chinelo [...] e depois quando chinelo não dava mais muito, eu fazia sapatinho de criança [...]. Aí eu já era casada, tinha 21 anos [...] meu marido trabalhava no curtume [...]. Fazia de tudo em casa porque eu tinha 4 filhos, né? A minha irmã fazia a mesma coisa, fazia chinelo, encapava salto, montava sapato de homem [...]. A minha irmã mais velha não trabalhava nisto, ela muito tempo lavava roupa pros padre. A minha mãe já fazia isto. Sabe, naquele tempo a gente pegava o que dava pra ganhá um pouco de dinheiro[...] a gente tinha muito serviço, eu fazia roupinha pras vizinha [...]. Ainda tinha dois terreno, eu cuidava, plantava aipim, tudo quanto era verdura, batata doce, um pouco de amendoim. Em sábado o marido ajudava, dia de semana eu fazia mesmo [...].<sup>12</sup>

Esta condição foi oficializada pelo decreto 181 de 24 de janeiro de 1890 que definiu a condução da mulher como mera auxiliar do homem na gestão familiar, sendo base do artigo 240 do código civil de 1916 que confirma a incapacidade da mulher casada, sendo que com o casamento ela assumia a condição de consorte, companheira e auxiliar nos encargos da família. O artigo 251 do mesmo código ainda ressalta que na falta do marido, essa mesma mulher assumia o lugar de chefe da família cessando sua incapacidade.

As trabalhadoras eram ainda, tratadas como “frágeis e indefesas”, “passivas” e carentes de “consciência política” (MATOS; BORELLI, 2012, p.128), numa tentativa

de desacreditar e desqualificar os movimentos de luta, já organizados nas primeiras décadas do século XX. As mulheres atuavam das lutas operárias, das mobilizações, e até mesmo de paralizações de fabricas, onde lutavam pela implementação de melhores condições de trabalho – como a redução da jornada de trabalho. Matos e Borelli (2012) afirmam que nesse contexto de luta, em defesa de uma pauta feminista, eram também chamadas de “indesejáveis”, dado o seu grau de engajamento e movimentação na causa trabalhista.

Como aponta Marques (2016) em seu estudo sobre a luta pela regulação e reconhecimento do trabalho feminino no Brasil da década de 1930:

Durante o intenso debate público que se deu naqueles anos, grupos feministas se apresentaram à cena pública para reivindicar inicialmente o direito de votar e, uma vez conquistado esse direito em 1932, pressionar os homens públicos para avançar na agenda da igualdade jurídica com os homens. Nesse esforço, reivindicaram ter voz também na regulamentação dos ofícios exercidos por mulheres (MARQUES, 2016, p.669).

Soma-se a esse contexto histórico, a falta de oportunidades profissionais, era de fato, um grande obstáculo para as mulheres conquistarem maior autonomia financeira. De forma mais visível, as mulheres casadas e que, portanto, estavam vinculadas ao marido, não conseguiam fazer parte da luta, pois nem mesmo poderiam representar qualquer queixa trabalhista sem a anuência de seus cônjuges. Esse elemento, que insere a mulher numa condição de inferioridade de gênero, impediu, em grande parte, os avanços e a visibilidade do trabalho das mulheres na esfera pública e o próprio reconhecimento dos direitos sociais das mulheres, que eram impedidas de desempenhar cargos de chefia ou espaços de maior prestígio social no mundo do trabalho.

Como mostra Marques (2016), essa situação sofreria algumas mudanças, somente com a ascensão de Getúlio Vargas, em 1930, e a incorporação de um conjunto de leis trabalhistas em 1943, trazendo grande comoção nacional em torno do debate sobre os direitos das mulheres, como o fato de “proteger a maternidade e a forma de fazê-lo, a condução política do serviço de assistência social à maternidade e à infância, além da conveniência de se restringir o acesso de mulheres a ofícios considerados perigosos ou contrários à natureza feminina” (MARQUES, 2016, p.683).

Com isso, é somente em 1943 a mulher adquiriu o direito de trabalhar livremente sem autorização do marido. No entanto, esse poderia impedi-la de continuar no emprego se considerasse que estivesse prejudicando a família. Destaca-se, ainda, que as leis trabalhistas do pós 1930 desenvolveram uma série de mecanismos de proteção com base na sua capacidade reprodutiva, em sintonia com o capital industrial, que

corroboraram para a marginalização do trabalho feminino, acentuando o caráter temporário do trabalho feminino.

Os depoimentos citados, podem ser considerados como recortes do cotidiano de grande parte das mulheres descendentes de imigrantes, moradoras na região de colonização alemã do Rio Grande do Sul. Muitos dos relatos podem ser caracterizados pelo que Weimer (2010) chama de “passagem inter-geracional da memória”, na medida em que os depoentes falam das experiências que lhe foram relatadas pelas suas mães e/ou avós e, mesmo constituindo-se em histórias pessoais, possuem uma certa unidade de significação, na medida em que estas pessoas partilharam de uma mesma realidade social e cultural, sendo que suas estratégias de sobrevivência fruto, em parte, das próprias condições do meio, acabavam por ser semelhantes, dando a este segmento social – uma certa identidade.

As (os) entrevistados moravam nas zonas rurais próximas a Novo Hamburgo, como Rolante, Dois Irmãos, etc. Grande parte dos habitantes destas áreas tenderam à deslocarem-se para Novo Hamburgo atraídos pelo crescimento econômico. Jean Roche (1969) ressalta o fato de as mulheres destas áreas buscarem casamentos em outras etnias e questiona se este fato não seria uma fuga à condição de agricultor.

Na cidade de Novo Hamburgo, a agricultura não possuía muito destaque. Para Leopoldo Petry (1959) este fato deve-se ao solo pouco fértil e as inúmeras subdivisões das propriedades distribuídas aos primeiros povoadores. A roça na cidade vai ser substituída pelas hortas no fundo do quintal, geralmente mantidas pelas mulheres, auxiliadas pelos maridos nos finais de semana. Em depoimentos já citados podemos observar essa prática, quando D. Elza relata que além de suas atividades domésticas e fabris possuía dois terrenos nos quais plantava produtos para uso de sua família. A horta no fundo do quintal pode ser vista ainda hoje na região.

Toda(o)s os entrevistada(o)s eram descendentes de famílias alemãs, moradores na região de colonização alemã e se auto definiam como alemães. A maioria possuía ainda um forte sotaque do dialeto alemão, falado ainda no interior destas regiões. Algumas delas frequentaram os primeiros anos escolares, sendo minimamente alfabetizadas. Nenhuma das entrevistadas, frequentou a escola além do nível básico. Ao relatar suas experiências de vida, essas mulheres nos falam do mundo do trabalho, da sua luta diária pela sobrevivência, sua e de sua família. Enfim, as narrativas referem-se a realidade social em que viveram e nesta, o significado de suas vidas esteve, associado, sobretudo, ao mundo do trabalho, seja ele na roça, em casa ou na fábrica.

*Os tempos mudam os ofícios: as mulheres na atividade comercial e industrial*

As primeiras referências a atividade comercial na região de colonização alemã, remetem a “venda”. A pesquisadora Angela Sperb (1987, p.40) assinala que na colônia venda era o lugar de maior movimento. “Era o lugar onde se realizavam as transações comerciais, onde o produto dos colonos era cotado e onde estes podiam adquirir gêneros que não produziam”.

Em seu estudo Sperb (1987) analisou o inventário de João Pedro Schmitt, de 1868. Schmitt era um próspero vendeiro do Hamburgerberg (localidade onde iniciou o povoamento de Novo Hamburgo). Segundo ela, a venda do Sr. Schmitt “[...] era armazém de secos e molhados, armarinho, drogaria, casa de ferragens, papelaria, bar e, provavelmente nos finais de semana, salão de baile” (SPERB, 1987, p.41).

A venda foi restaurada, num trabalho conjunto da comunidade e equipe técnica ligada ao município. Esse espaço comercial foi retratado em um quadro pintado por Pedro Weingertner, em 1982. O artista ficou conhecido por pintar cenas cotidianas e paisagísticas do Rio Grande do sul do século XIX. Nessa pintura aparece em destaque, Catarina Schmitt, viúva de Pedro Schmitt. Ela está colocada atrás do balcão, indicando sua atividade de comerciante e então, proprietária do estabelecimento. Sua função de mãe também está representada pela presença de seu filho menos, Adão Adolfo brincando no chão do estabelecimento.

**Imagem 1** - Fios Emaranhados, de Pedro Weingärtner, 1892.



Fonte: Wikimedia Commons, the free media repository. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pedro\\_Weing%C3%A4rtner\\_-\\_Fios\\_emaranhados.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pedro_Weing%C3%A4rtner_-_Fios_emaranhados.jpg). Acesso em 11 ago. 2020.

No inventário estudado consta que a viúva ficou com a casa de comércio, além das dívidas ativas, por serem de difícil cobrança. Provavelmente Catarina já trabalhava na venda antes da morte do marido, estando familiarizada com as negociações. Esta afirmativa é reforçada por ser Pedro Schmitt, além de vendeiro, transportador estabelecido desde 1830, o que o obrigava a frequentes ausências.

Entrevistamos a neta de Schmitt, que contava 83 anos por ocasião da entrevista, em 1991. Ela nos contou um pouco sobre o comércio dos seus avós. Mesmo com um poder aquisitivo considerado elevado para a época e local, ela conta que sua mãe trabalhava tanto na venda quanto na preparação dos bailes, que ocorriam no salão de sua propriedade ao lado da venda.

Conta ainda, que os bailes naquela época eram sempre acompanhados de janta, o que exigia o trabalho de uma semana inteira com a preparação das comidas, tarefas acompanhadas de perto por sua mãe com auxílio de moças contratadas especialmente para este período. Fato esse que indica um corte de classe ao caracterizar as mulheres da colônia alemã, mas que não trataremos aqui. Além disso, quando ocorriam os Kerbs<sup>13</sup> vinham os parentes de outras localidades, sendo que a família que sediava o evento tinha obrigação de dar hospedagem aos visitantes, aumentando o trabalho doméstico, em geral, realizado por mulheres.

É também dos estudos de Ângela Sperb (1983) que trazemos outro exemplo da presença feminina na atividade comercial, enquanto empreendedora. Nas primeiras décadas do século XX instalou-se no Hamburgerberg a Padaria Reiss, de propriedade de Heinrich Reiss. Em 1905, quando casou-se com Karolina Kraemer, Reiss já estava instalado como padeiro. O casal deu novo impulso a padaria e coube à Karolina (chamada de Kaline) a administração dos negócios, enquanto Reiss fazia os pães. Ângela Sperb em reportagem ao jornal Hamburgerberg escreve:

Foi Kaline, quem durante os primeiros anos, distribuiu o pão, levando-o em carroças até Campo Bom, Dois Irmãos e Sapiranga, enquanto Reiss trabalhava fazendo o pão. [...] as tarefas do casal continuaram divididas: Reiss, cuidando da produção e trabalhando com os outros padeiros e sua esposa responsável pela comercialização, cuidando do negócio, dos empregados e da aquisição de matéria prima. [...] Frau Reiss era mulher do dinheiro. O caixa ficava com ela e o próprio Reiss lhe pedia o seu “Taschengeld” (SPERB, 1983, p.26).

A Padaria Reiss prosperou, sendo uma das primeiras a adquirir um forno a vapor, além de toda maquinaria – massadeira, divisora de pão, peneira de farinhas e máquinas de limpar sacos. O casal Reiss enriqueceu, muito por conta da habilidade de Kaline para fazer negócios. Ao que consta, Kaline sempre foi independente, cuidando de seu próprio sustento, mesmo morando com os pais. Quando solteira trabalhava “ em casas de família, inclusive em Porto Alegre, como costureira no preparo e feitura de enxovais para noivas e demais costuras” (SPERB, 1983, p.25).

Estes dois exemplos, Catarina Schmitt e Karoline Reiss foram citados por dispormos de dados mais completos sobre eles através das pesquisas de Sperb. Porém a atividade comercial exercida por mulheres abrangia um universo bem maior, lembrando que, além dos estabelecimentos comerciais, sempre existiu um comércio paralelo, como hoje, que era de domínio das mulheres, como o pão e os doces que a já citada Dna. Elza fazia para vender ou os crochês de Dna. Maria. Este pequeno comércio de mercadorias produzidas pelas mulheres era o ideal, pois podia ser realizado em conjunto com o trabalho doméstico, não interferindo na ordem familiar. A mulher cumpria assim seu papel de “auxiliar do marido”, através de uma renda extra.

Entre o final do século XIX e início do século XX, surgiram as primeiras fábricas de calçados no Vale dos Sinos. Entrevistamos um descendente da pioneira fábrica de calçados de Pedro Adams Filho, referida na entrevista do Sr. Germano. Habitado com as entrevistas relativas a indústria da família por seu significado para o desenvolvimento econômico da região,<sup>14</sup> se surpreendeu quando anunciamos que nosso enfoque não era propriamente o empreendimento industrial, mas queríamos saber sobre

as mulheres da família e se elas exerceram alguma atividade na indústria. A partir dessa provocação, o entrevistado nos deu o seguinte depoimento:

Minha avó, Dna. Rosa Saenger Adams, ela ajudou muito meu avô na fundação da fábrica [...] que foi uma das pioneiras de calçados de Novo Hamburgo. Ela ajudava na fábrica, costurava os sapatos. [...] além de ter que manter as pessoas que trabalhavam em casa, porque todo mundo morava longe, não tinha condução, ela tinha que cozinhar para toda aquela gente e, além disso trabalhava na fábrica. Minha avó era muito dinâmica, autoritária. Tinha mais uma mulher que a auxiliava na costura. A fábrica e a casa eram quase a mesma coisa, era ao lado.<sup>15</sup>

Com o avanço da indústria calçadista desenvolveram-se outras paralelas, muitas relacionadas ao calçado. Uma delas é a indústria mecânica industrial. De início as máquinas eram importadas e posteriormente, especialmente no período da guerra, passaram a ser produzidas localmente. Neste setor, uma mulher tornou-se destaque: Ella Einsfieldt.

Ella Einsfield era de uma família de mecânicos, seu pai e seus irmãos foram destacados na historiografia de Novo Hamburgo devido a sua importância no desenvolvimento dos transportes. Eles adaptaram um motor de automóvel em um bonde, criando o primeiro bonde motorizado da cidade. Posteriormente possuíam uma linha de ônibus que ia até o litoral. A irmã, Ella, não consta em nenhum livro sobre a história da cidade, embora tenha sido matéria em algumas edições do jornal da cidade em tempos mais recentes e é com base nessas matérias que narramos brevemente sua trajetória.

Ella cresceu dentro da oficina de seu pai, João H. Einsfield e desde os sete anos de idade, já trabalhava na oficina. Em 1922, seu pai faleceu e Ella, então com quatorze anos, assumiu a oficina e uma representação de automóveis Chevrolet. Em 1924, na primeira exposição industrial de Novo Hamburgo foi premiada com a medalha de ouro, com gravuras em aço. Mas tarde dedicou-se exclusivamente às máquinas de costura de couro. Inicialmente importava as máquinas Pfaff (alemã), as quais comercializava e fornecia manutenção. Mas Ella, logo começou a adaptar as máquinas alemãs, o que lhe rendeu grande prestígio na empresa alemã, sendo convidada para as convenções internacionais da empresa.

Ella Einsfield foi casada com Germann Gerstl, e embora tenha adotado o sobrenome do marido, ninguém a conhecia por esse sobrenome, mas pelo seu de solteira. Essa atuação de Ella a tornou uma figura folclórica e muito conhecida na cidade. Ao perguntar sobre ela para algumas pessoas, as lembranças vinham associadas a exemplos de alguma atividade considerada masculina e a excepcionalidade dessas

práticas: “[...] ela tinha auto né, eu diversas vezes passei lá, ela deitada debaixo do auto trabalhando”. “[...] ela trabalhava que nem um homem [...] ela mexia na graxa [...]”. “[...] a Dna, Ella foi uma das mulheres que se destacaram como trabalhando para fora”.

Em 1984 o *Jornal Exclusivo de Novo Hamburgo* faz uma matéria relatando a referência a Ella Einsfield feita pela revista da Pfaff alemã em 1958:

Durante o Congresso de Representantes Industriais deste ano, celebrado em Kaiserslautern, a Sra. Gerstl, do Brasil (onde se dedica com muito êxito a venda de máquinas de costura Pfaff), informou sobre interessantes novas técnicas de costura inventadas por ela mesma. Seus colegas do sexo oposto estavam surpreendidos com seus excelentes conhecimentos técnicos. (RIHL, 1984, p.20.).

Ela própria pensava-se como uma mulher que fazia trabalho de homem, conforme relato do Sr. Pedro sobre uma conversa que teve com ela:

A última vez que eu falei com ela [...] encontrei a Dna. Ella numa FENAC e conversando [...] tirei um cigarro do bolso e disse: Fuma? Ela disse: não eu não posso fumar. Ué, não pode por que? Porque eu sou uma mulher, eu dirijo, eu sou mecânica e agora ainda fumar, aí eu vou ficar muito masculina.<sup>16</sup>

Até mesmo para homenageá-la, em artigo publicitário do *Jornal Exclusivo de 1990*, ela é masculinizada para adquirir maior importância. O anúncio diz: “ Ella Einsfield Gerstl, “o pai da Mecânica Industrial no Vale”, evidenciando a construção hierárquica das relações de gênero na linguagem.

Por ocasião da coleta dos relatos aqui apresentados, o intento era resgatar a presença feminina nos acontecimentos históricos, neste caso da região de imigração alemã do Rio Grande do Sul. Esse intento vinha no rastro das primeiras produções acadêmicas das mulheres a partir do final dos anos 1970. O alargamento das fontes, metodologias e temas da historiografia levou ao questionamento do sujeito universal masculino em que as mulheres apareciam somente nas margens ou como excepcionalidade.

Todo discurso sobre temas clássicos como a abolição da escravatura, a imigração europeia para o Brasil, a industrialização ou o movimento operário, evocava imagens da participação de homens robustos, brancos ou negros, e jamais de mulheres capazes de merecerem uma maior atenção”. Mesmo ainda distante dos estudos feministas que passaram a problematizar as relações hierárquicas e de poder entre os gêneros, já estava presente “uma vontade feminina de emancipação” (RAGO, 1995, p. 81).

Nesse sentido é inegável as mudanças nos papéis e relações de gênero dos últimos anos. O binarismo feminino e masculino essencializado foi exposto aos debates

de ativistas e acadêmicos que tem contribuído para a transformação da produção de conhecimento e da vivência das pessoas (BIROLI, 2018, p.9).

No entanto, essa condição não reflete o estatuto desses estudos na academia. A incorporação dos estudos de gênero nas ciências humanas ainda apresenta uma resistência silenciosa e difícil de ser identificada. Segundo Maria da Glória Oliveira (2018, p.131) há uma “guetização” desses estudos na academia, tal como nos cursos de história, onde quase sempre são oferecidos como disciplinas eletivas, o que demonstra certa “particularidade” desse conteúdo “tido como específico”, ou seja, o “outro” da história. Revela-se, portanto, um longo processo de mudanças, mas também de permanências.

A identificação dessas permanências, potencializadas pelo momento atual de um reacionarismo, que parece reavivar uma cultura histórica de exclusão e violência, entrecruzada pelo discurso da moralidade foi um dos fatores que nos fez retomar essas fontes e, em parte, esse discurso dos anos 1980/90.

Ao olhar novamente para esse material emergem questionamentos para além dos papéis exercidos pelas mulheres naquela sociedade, na perspectiva da História Social. Um deles, a necessidade de percebermos a não universalidade do sujeito mulher, observando as especificidades oriundas de cortes de raça, classe e etnia. Outro diz respeito a historicidade das relações de gênero. Sob influência dos estudos Foucaultianos podemos desconstruir os discursos, por muito tempo naturalizados sobre essas mulheres, observando o caráter cultural e histórico dessas construções, entendendo sujeitos e objetos como produtos de práticas culturais, para pensar as diferenças entre os sexos enquanto construções culturais historicamente situadas.

Buscamos, através dessa análise, contribuir para a difusão do conhecimento produzido sobre a presença das mulheres na área de imigração alemã no sul do Brasil. Percorrendo parte do percurso destas mulheres, se tornou evidente a luta e o esforço delas pela legitimidade e visibilidade no espaço social e o quanto são plurais, dinâmicas, resistem, acomodam, controlam, confinam, agenciam e agregam vitalidade no espaço construído pelo protagonismo feminino.

## Referências

AMADO, Janaína. *Conflito social no Brasil: a revolta dos Mucker*. 1 Ed. São Paulo: Símbolo, 1978.

BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades: limites da Democracia no Brasil*. 1Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu*. 1ª ed. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. A gênese do conceito de habitus e campo. In: *O Poder Simbólico*. 1ª ed. Lisboa: Difel, 1989.

DADALTO, Maria Cristina; PAVESI, Patricia Pereira. Sinais da historicidade revelados em fragmentos de memória. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Vitória, n. 76, p.142-157, 2020.

GILL, Lorena Almeida. A luta de Olga por seus direitos: imigração, saúde e trabalho de mulheres em Pelotas, RS (década de 1940). *História*, Assis/Franca, v.38, e2019003, p.1-20, 2019.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. 1ª ed. São Paulo: Centauro, 2004.

JANOTTI, Maria de Lurdes M. A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica: empecilhos e debates. *História Oral*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 9-22, jan.-jun.2010.

MARQUES, Teresa Cristina Novaes. A regulação do trabalho feminino em um sistema político masculino, Brasil: 1932-1943. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v.29, n.59, p.667-686, dez. 2016.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (org). *Nova História das mulheres*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2012. p.126-147.

MEIHY José Carlos Sebe Bom. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. *Revista de História*. N 155, USP, São Paulo, 2006. P. 191-203.

MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. In.: MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MONTE DOMECCQ. O Rio Grande do Sul Colonial: Estabelecimento Gráfico Thomas, Paris/Barcelona, 1918.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 11, n. 28, set-dez, 2018, p. 104-140.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História* [online] São Paulo, 2005, vol.24, n.1, p.77-98

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: PRIORE, Mary Del. (org). *História das mulheres no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004, p.278-321.

PERROT, Michelle. *História da vida privada*. vol. IV - Da Revolução Francesa à Primeira Guerra – 1ª ed. São Paulo, Cia das Letras, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História da Indústria sul-riograndense*. 1º ed. Guaíba: Riocell, 1985.

PETRY, Leopoldo. *O município de Novo Hamburgo*. 1º ed. São Leopoldo: Rotermund & Co., 1959.

RIHL, Claudete. D. Ella Einsfield Gerstl: a dedicação de uma mulher às máquinas de costurar couro. *Jornal Exclusivo*. nº3. Novo Hamburgo, 1984, p.20.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In.: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. 1º ed. São Paulo: UNESP, 1995.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. 1º ed. Porto Alegre: Globo, 1969.

SCHEMES, CLÁUDIA. Pedro Adams Filho: empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo (1901-1935). *Tese de Doutorado*. Porto Alegre, PUCRS em 2005.

SCOTT, Joan. EXPERIÊNCIA. In.: SILVA Alcione Leite da, LAGO, Mara Coelho de Souza e RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs.) *Falas de Gênero*. 1º ed. Editora Mulheres, Santa Catarina, 1999 p. 21-55.

SILVA, V. P.; BARROS, D. D. Método história oral de vida: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. *Revista Terapia Ocupacional*. Univ. São Paulo, v. 21, n. 1, p. 68-73, jan./abr. 2010

SPERB, Angela Tereza. O inventário de João Pedro Schmitt. In.: Anais do IV SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL – 1980. São Leopoldo, 1987.p.17-44.

SPERB, Angela Tereza. Heinrich Reiss: um padeiro no novo mundo. *Hamburgerberg*. Hamburgo Velho, n.1, Maio, 1983, p.25-28.

VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (org). *Micro-história: um método em transformação*. 1º ed. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

VOIGT, André Fabiano. O teuto-brasileiro: a história de um conceito. ESPAÇO PLURAL. nº 19, Cascavel, 2008, p. 71-81

WEIMER, Rodrigo. “O meu avô me contava”: dinâmicas de circulação da memória do cativo entre descendentes de escravos. Osório, século XX. *História Oral*, São Paulo. v. 13, n. 2, p. 65-87, jul.-dez. 2010.

---

<sup>1</sup>Agência entendida como ação humana na sua interação entre o estrutural e o subjetivo e que introduzem diferenças em determinadas situações sociais. Nosso entendimento tem como base o conceito de *Habitus* de Pierre Bourdieu, sendo este entendido como “... um sistema de disposições duráveis e transferíveis a partir da incorporação das experiências vividas, atuando como matriz estruturante das percepções, apreciações e ações dos atores sociais”(BOURDIEU, 1983,p.61). Assim o *habitus* orienta o agente nas suas ações no mundo social a partir de uma incorporação das estruturas aliada a experiência vivida, possibilitando a percepção de suas possibilidades e limitações. Nesse sentido, a agência feminina do grupo pesquisado, pressupõe as regras sociais referentes a estrutura patriarcal e as experiências vividas

(familiares, religiosas, culturais, econômicas, educacionais). A partir desses elementos as mulheres pesquisadas orientam suas ações.

<sup>2</sup> Termo entendido aqui na sua concepção genérica segundo VOIGT (2008,p.75). “Teuto-brasileiro é a designação genérica que se atribui aos grupos de descendentes dos imigrantes alemães que colonizaram, a partir do século XIX, os espaços destinados pelo Governo brasileiro ou por empresários particulares para sua ocupação sistemática, sobretudo nos Estados do Sul”. Vale pensar esse conceito a partir da ideia de “germanidade”, compreendido como “o jeito de ser alemão no Brasil, englobando a língua, a cultura, o geist (espírito) alemão.

<sup>3</sup> Não desconhecemos a diversidade de proposições e posicionamentos teóricos sobre a metodologia da história oral. Consideramos, entretanto, a história oral como uma possibilidade de dar voz aos grupos sociais, que muitas vezes, não podem ser acessados através de fontes documentais impressas. Desta forma, compreende-se a história oral na perspectiva da historiadora Janaina Amado, em sua obra: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marietade Moraes (Org.). *Usos & abusos da história oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

<sup>4</sup> De acordo com o historiador Charles Monteiro, a memória produzida socialmente (memória social) nos chega através de sua expressão material, como textos literários, jornais, monumentos ou instituições. MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas. Histórias e memórias (1940 e 1972)*. São Paulo: 2001. Tese de Doutorado em História. PUCSP. p.125. Ainda sobre essa questão que envolve o conceito de memória, destacamos a afirmação de Fernando Catroga, para quem os termos memória social e memória coletiva são sinônimos e possuem o mesmo significado, ou seja, *a proto-memória e a memória propriamente dita têm uma atualização mais subjetiva e subconsciente, enquanto que esta última e a metamemória se expressam como rememoração; por sua vez, à metamemória cabe, sobretudo, o papel de acentuar as características inerentes à chamada memória social ou coletiva e às modalidades de sua construção e reprodução*. CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra J. (org.) *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p.44.

<sup>5</sup> Na área ocupada pela Colônia Alemã de São Leopoldo surgiram várias localidades e, posteriormente municípios, entre os quais Novo Hamburgo e Taquara. O primeiro, desde muito cedo, passou a rivalizar com a sede, São Leopoldo, o posto de principal centro urbano e industrial da região, tornando-se município em 1927.

<sup>6</sup> Entrevista com a Sra. Luiza, concedida em 20 de março de 1992. O sobrenome foi preservado a pedido da entrevistada.

<sup>7</sup> Entrevista com a Sra. Erica, realizada em 10 de março de 1992, então com 74 anos. O sobrenome foi preservado a pedido da entrevistada.

<sup>8</sup> Entrevista com a Sra. Gabriela, realizada em 04 de abril de 1992, então com 82 anos. O sobrenome foi preservado a pedido da entrevistada.

<sup>9</sup> Entrevista com a Sra. Maria, realizada em 18 de abril de 1992, então com 82 anos. O sobrenome foi preservado a pedido da entrevistada.

<sup>10</sup> Entrevista com a Sra. Erica, realizada em 10 de março de 1992, então com 74 anos. O sobrenome foi preservado a pedido da entrevistada.

<sup>11</sup> Entrevista com a Sr. Germano, realizada em 28 de abril de 1992, então com 97 anos. “Adams” refere-se a fábrica de calçados pioneira na região, pertencente a Pedro Adams Filho, fundada em 1898. O sobrenome foi preservado a pedido do entrevistado.

<sup>12</sup> Entrevista com a Sra. Elza, realizada em 12 de maio de 1992, então com 91 anos. O sobrenome foi preservado a pedido da entrevistada.

<sup>13</sup> Kerb é uma festa difundida no contexto da Colônia Alemã e que comemora a data de fundação da primeira igreja da comunidade, ou seja, cada localidade tem sua própria data festiva, apresentando características bastante próprias em cada lugar no qual é celebrada, ainda hoje.

<sup>14</sup> Pedro Adams Filho é um personagem destacado nos textos produzidos sobre a região do Vale do Rio dos Sinos, como exemplo da potencialidade dos imigrantes alemães para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Além de constar em publicações locais, do município de Novo Hamburgo, ele consta também em publicações oficiais do Estado na época, como em MONTE DOMECCO. *O Rio Grande do Sul Colonial: Estabelecimento Gráfico Thomas, Paris/Barcelona, 1918*. Também é tema da tese de doutorado: SCHEMES, CLÁUDIA. *Pedro Adams Filho: empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo (1901-1935)*. Porto Alegre, PUCRS em 2005. A autora entrevistou o neto de Pedro Adams Filho. Enfatiza-se que na tese, Rosa Saenger Adams, aparece somente no papel de esposa do empresário e mãe de seus filhos.

<sup>15</sup> Entrevista com a Sr. Pedro, realizada em 10 de junho de 1992. O sobrenome foi preservado a pedido do entrevistado.

<sup>16</sup> Entrevista com a Sr. Pedro, realizada em 10 de junho de 1992. O sobrenome foi preservado a pedido do entrevistado.

Artigo recebido em 09 de dezembro de 2020.  
Aceito para publicação em 09 de março de 2021.